



Ministro Edson Vidigal

Ministro Edson Vidigal

Período: abril/2004 a março/2006

Nasceu em Caxias, Estado do Maranhão, em 20 de julho de 1944, filho de Edson Castro Vidigal e Maria Helena Carvalho.

Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília – UnB, com Pós-Graduação em Teoria Geral do Direito Público, Filosofia do Direito e Criminologia.

Casado com Eurídice Maria da Nóbrega e Silva Vidigal (1994) e pai de Edson Carvalho Vidigal Filho, Everardo José Câmara Vidigal, Edson José, Erick José, Ernesto José, Eduardo José Travassos Vidigal – *in memoriam*, e enteados: Rodolpho Augusto, Maria Paula e Ana Catarina Gurgel de Souza.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

- Vereador à Câmara Municipal de Caxias-MA e Líder da bancada da Oposição pelo Partido Social Progressista – PSP (1963/64).
- Diretor Conselheiro da Cooperativa Habitacional dos Operários de São Luís – COHAO/MA (1967/70).
- Assessor de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão (1968/69).
- Assessor de Imprensa do Governo do Maranhão (1969/70).

Presidentes do STJ - Dados Biográficos

- Chefe do Grupo de Trabalho de Comunicação – GTC, criado pelo Secretário da Casa Civil do Governo do Maranhão para propor o Sistema de Comunicação Social Governamental (1971).
- Assessor da Casa Civil do Governo do Maranhão (1971).
- Assessor Político da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG (1971/72).
- Assessor do Governador do Estado do Maranhão (1966/70 e 1971/74).
- Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Governador do Maranhão (1971/74).
- Delegado do Diretório Regional da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, junto ao TRE do Maranhão (1976).
- Suplente de Deputado Federal pelo Estado do Maranhão, sob a Legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (1979/83).
- Deputado Federal pelo Estado do Maranhão, sob a legenda da Aliança Renovadora Nacional – ARENA. Com a extinção dos Partidos, ingressou como fundador no Partido Popular – PP, integrando-se, em seguida, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, em razão da incorporação do PP (1979/83).
- Membro do Diretório Nacional do Partido Popular – PP (1980/81).
- Presidente do Partido Popular – PP no Estado do Maranhão (1980/81).
- Membro do Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, em decorrência da incorporação do Partido Popular – PP (1982).
- Delegado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no Tribunal Superior Eleitoral (1982/87).
- Vice-Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão (1982/83).
- Advogado da S.A. Correio Braziliense, em Brasília-DF (1983/84).

Ministro Edson Vidigal

- Autor do Parecer sustentando a inaplicabilidade de instituto da fidelidade partidária no Colégio Eleitoral (novembro de 1983) e do parecer favorável à elegibilidade do Senador José Sarney à Vice-Presidência da República pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (julho de 1984).
- Advogado militante no Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores (1983/85).
- Procurador Judicial do Estado do Espírito Santo perante o Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores (1983/85).
- Analista-Consultor do Projeto-Piloto do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) para a informatização do processo eleitoral (1983/87).
- Procurador-Geral da Frente Liberal. Autor do Projeto de Estatuto do Partido da Frente Liberal – PFL, aprovado na 1ª Convenção Nacional Partidária (1984).
- Assessor Especial do Presidente da República para assuntos do Judiciário e Ministério Público (1985/87).
- Consultor Jurídico do Ministério dos Transportes (1987).

Tribunal Federal de Recursos

- Ministro do Tribunal Federal de Recursos (posse em 9.12.1987).
- Integrou a 2ª Turma e a 1ª Seção de Julgamentos (1987/89).

Tribunal Superior Eleitoral

- Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1998 a 2000).
- Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral (março-2000 a junho-2000).

Presidentes do STJ - Dados Biográficos

Superior Tribunal de Justiça

- Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde a instalação do Tribunal em 7.4.1989.
- Integrante da Corte Especial, da 3ª Seção, da 5ª Turma, da Comissão de Coordenação, da Comissão de Jurisprudência, da Comissão Permanente de Regimento Interno e do Conselho de Administração.
- Membro suplente do Conselho da Justiça Federal (posse em 23.6.1993).
- Membro efetivo do Conselho da Justiça Federal (posse em 2.12.1994).
- Presidente da 5ª Turma (1996/98).
- Presidente da 3ª Seção (1996/98).
- Diretor da Revista do Superior Tribunal de Justiça (1997/99).
- Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, da Corte Especial e do Conselho de Justiça Federal – Biênio abril/2002 – abril/2004.
- Coordenador da IV Reunião Preparatória da VIII Cúpula Ibero-americana de Presidentes de Cortes Supremas e Supremos Tribunais de Justiça e IV Encontro Ibero-americano de Conselhos da Magistratura (fev. 2004).
- Presidente do Tribunal e do Conselho da Justiça Federal desde 5.4.2004.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

- Assessor da Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, incumbida de investigar possíveis irregularidades existentes nas desapropriações na área inundada pela Hidroelétrica da Boa Esperança (1969).



Ministro Edson Vidigal

- Relator das investigações sobre irregularidades fundiárias na área do Projeto Jari, na Amazônia (Comissão de Segurança Nacional. Câmara dos Deputados, 1979).
- Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as elevadas taxas de juros no mercado financeiro (Câmara dos Deputados – 1980).
- Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados; do Simpósio sobre Informática e do 1º Simpósio sobre os Direitos do Inventor Nacional (1980).
- Debatedor do tema “As Relações Bilaterais Brasil - EEUU” na Reunião de Trabalho, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos (Washington, DC, 1981).
- Presidente da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados e do 1º Simpósio sobre Direito Autoral (1982).
- Membro da Comissão de Obras e Instalações encarregada pelo Tribunal Federal de Recursos da implantação dos Tribunais Regionais Federais, encarregados pela Constituição Federal de 1988 (1987/89).
- Membro efetivo da Comissão de Projetos Legislativos do Superior Tribunal de Justiça, designada pela Corte Especial (1999).
- Comissão de Estudo sobre a Resolução nº 20.132/98 – TSE, Porto Alegre-RS (2000).

PARTICIPAÇÃO EM CONFERÊNCIAS

Conferências, palestras e exposições em congressos, seminários, simpósios, painéis, encontros e jornadas jurídicas no país e no estrangeiro, destacando-se:

- Seminário sobre Relações Bilaterais Brasil-Estados Unidos, Washington-EUA, 1981.

Presidentes do STJ - Dados Biográficos

- XII Congresso Brasileiro de Magistrados, Belo Horizonte-MG, 1991.
- Seminário Internacional de Direito Penal Econômico, São Paulo-SP, 1995.
- I Simpósio de Direito Eleitoral e Partidário, Curitiba-PR, 1996.
- II Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais: “Temas Atuais do Direito Penal e Processo Penal”, São Paulo-SP, 1996.
- Seminário “Valores de Cidadania em Sociedades Democráticas”, Comissão Fulbright, Brasília-DF, 1997.
- Encontro Brasil-Itália – “Os Delitos contra a Administração Pública na Itália” e a “Luta contra a Corrupção – A Experiência Italiana”, Brasília-DF, 1997.
- VIII Encontro dos Advogados do Piauí e I Seminário de Direito Constitucional, Teresina-PI, 1998.
- IX Curso Interamericano sobre Elecciones y Democracia – Instituto Federal Eleitoral, México, 1999.
- Congresso Portugal-Brasil, Coimbra, 1999.
- Ciclo de painéis – A Reforma do Poder Judiciário, João Pessoa-PB, 1999.
- Seminário Mercosul e Planos de Saúde, Santiago do Chile, 1999.
- Seminário sobre Penas Alternativas e Participação Comunitária, Brasília-DF, 1999.
- Seminário Aspectos Penais em 500 anos, Brasília-DF, 2000.
- II Seminário Interno de Direito Eleitoral – Eleições 2000, Belém-PA, 2000.
- V Encontro do Grupo Brasileiro da Société Internationale de Droit Pénal Militaire et Droit Humanitaire, Fortaleza-CE, 2000.
- I Seminário sobre Crimes de Alta Tecnologia, Brasília-DF, 2001.
- Seminário Aspectos Econômicos e Jurídicos da Energia no Brasil. Ilha de Comandatuba – Una-BA, 2002.

OUTRAS ATIVIDADES

- Professor de Direito Eleitoral e Direito Penal na Universidade de Brasília (UnB).
- Professor do Curso de Especialização em Direito Eleitoral, nível de pós-graduação – Fundação Faculdade de Direito da Bahia.
- Professor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão – Curso de Aperfeiçoamento de Magistrados, São Luís-MA (1994).
- Aula inaugural sobre “O Governo Federal e o Ensino Superior”, na Faculdade de Formação de Professores de Caxias-MA, da Universidade Estadual do Maranhão (1987).
- Professor de Introdução à Ciência do Direito e de Jurisprudência do Direito Penal na Universidade de Brasília (1986/89 e 1991/92).
- Ministrou aulas sobre Legislação Social em cursos diversos sobre Administração Sindical, promovidos por Sindicatos de Classes, em São Luís-MA (1965/68).
- Professor de Direito Eleitoral – Fundação Getúlio Vargas – Curso de Pós-Graduação em Administração Judiciária – TRE-DF (1999).
- Membro da Academia Maranhense de Letras (Cadeira n° 14).
- Membro da Academia Caxiense de Letras (Cadeira n° 14).
- Ex-membro da Academia Brasiliense de Letras (Cadeira n° 7).
- Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.
- Membro do Instituto Brasileiro de Direito Público.
- Membro do Instituto dos Magistrados do Brasil – IMB.
- Membro da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE.
- Ex-membro da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB.
- Ex-membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual.
- Repórter do “Jornal Pequeno”, do “Jornal do Povo” e do “Diário da Manhã” em São Luís-MA (1959/61).

Presidentes do STJ - Dados Biográficos

- Redator da Rádio e Televisão Difusora, de São Luís-MA (1966/68).
- Secretário de redação do “Jornal do Dia”, São Luís-MA (1967/68).
- Diretor de Redação do “Jornal de Bolso”, São Luís-MA (1968/70).
- Correspondente da Revista VEJA, em São Luís-MA (1968/72).
- Suplente de Diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas (1971).
- Delegado do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Luís-MA junto à Federação Nacional dos Jornalistas (1972/74).
- Chefe da Sucursal do Maranhão da Agência Nacional, órgão do Gabinete Civil da Presidência da República (1972).
- Secretário Executivo da Comissão Estadual do Sesquicentenário da Independência do Brasil, no Maranhão (1972).
- Membro do Conselho de Representantes da Comunidade da Coordenação Regional do “Projeto Rondon”, no Maranhão (1971/72).
- Diretor de Redação do “Jornal do Dia”, São Luís-MA (1971/73).
- Repórter do “Jornal do Brasil”, Sucursal de Brasília.
- Repórter do “Jornal O Globo”, correspondente em São Luís-MA (1973).
- Editor de Política do Jornal “O Estado do Maranhão”, em São Luís-MA (1973/76).
- Membro do Conselho Deliberativo da Fundação JK de Estudos Políticos (1981/82).

TRABALHOS PUBLICADOS

- “Posse no Legislativo – Discurso”, Ed. Gráfica e Jornal do Dia, 1963.
- “Missa Convite”, Contos. Ed. Fundação Cultural do Maranhão – Academia Maranhense de Letras, 1975.

Ministro Edson Vidigal

- “Os Dias Lindos”, Crônicas. Ed. Comitê de Imprensa do Senado Federal, Coleção “Machado de Assis”, 1979.
- “As Trombetas do Amém” (A Luta pelas Eleições Diretas). Ed. Comitê de Imprensa do Senado Federal, Coleção “Machado de Assis”, 1979.
- “Relatório Jari” (Estudo e Conclusões sobre a Jari Florestal e Agropecuária Ltda.). Ed. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1980.
- “A Denúncia e o Desafio”, Discursos, Ed. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1981.
- “A Coragem de Resistir” (Pensamento Político e Atuação Parlamentar). Ed. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1982.
- “Um Amor Quase Exemplar” Ed. Academia Maranhense de Letras, 1994.
- Textos diversos sobre Direito e Economia, artigos e discursos na Imprensa Nacional.

HOMENAGENS E CONDECORAÇÕES

- Elogio individual pelos “relevantes serviços sempre marcados pelo cunho de um elevado senso de responsabilidade e devotamento à causa pública” – prestados ao Gabinete do Governador do Estado do Maranhão (Of. 1138/75 SE, de 27 de agosto de 1975).
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho no Grau de Oficial.
- Ordem do Mérito Aeronáutico no Grau de Oficial.
- Ordem do Rio Branco no Grau de Comendador.
- Medalha de “Amigo da Marinha”.
- Medalha do Pacificador, do Ministério do Exército.
- Medalha de Honra da Inconfidência, por méritos cívicos do Governo do Estado de Minas Gerais.

Presidentes do STJ - Dados Biográficos

- Medalha Maranhense do Sesquicentenário da Independência do Brasil – Governo do Estado do Maranhão.
- Medalha de Honra ao Mérito, comemorativa dos 30 anos de fundação do Jornal “O Estado do Maranhão”, São Luís-MA.
- Medalha do Mérito Mauá – Ministério dos Transportes.
- Homenagem da Câmara Municipal de Caxias-MA com a denominação de “Plenário Vereador Edson Vidigal” a sua sala de Sessões (1990).
- “Cidadão Coroataense”, título conferido pela Câmara Municipal de Coroatá-MA (1990).
- Ordem do Mérito Militar no Grau de Comendador.
- Medalha comemorativa do 50º aniversário de instalação da Justiça do Trabalho.
- Medalha de Mérito Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em 06 de dezembro de 1991.
- Diploma de Honra ao Mérito – Universidade de Brasília, em 29 de outubro de 1992.
- Título de Cidadania Honorária – Câmara Municipal de Aldeias Altas, em 09 de dezembro de 1995.
- Título de Cidadão de Chapadinha – Câmara Municipal de Chapadinha, em 07 de junho de 1997.
- Título de Cidadão Honorário do Piauí – Câmara Municipal de Assembléia Legislativa, em 10.12.1997.
- Diploma de Honra ao Mérito, Governo do Estado da Paraíba. João Pessoa/PB, em 22 de outubro de 1999.
- Medalha Comemorativa Bicentenário do Nascimento de Manuel Odonco Mendes – Academia Maranhense de Letras, em 16 de dezembro de 1999.

Ministro Edson Vidigal

- Medalha Simão Estácio de Silveira – Câmara Municipal de São Luís, maio de 2000.
- Título de Cidadão de São Luís – Câmara Municipal de São Luís, em maio de 2000.
- Diploma do Mérito Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul – Tribunal Regional do Mato Grosso do Sul, agosto 2000.
- Comenda “Pacu de Ouro” – Fundação Cultural Pacu de Ouro de Imperatriz/MA, em 15 de setembro de 2000.
- Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais – Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais – Florianópolis/SC, outubro de 2000.
- Título de Cidadão de Pio XII/MA – Câmara Municipal de Pio XII, novembro de 2000.
- Condecoração da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios, no Grau de Grã-Cruz. Brasília-DF, 2002.
- Troféu Dom Quixote de La Mancha. Homenagem prestada pela Revista “Justiça e Cidadania”. Brasília-DF, dez. 2002.

Presidentes do STJ - Dados Biográficos

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO STJ

(05/04/2004)

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; Exmo. Sr. Ministro Maurício Corrêa, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmo. Sr. Senador e ex-Presidente da República, Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, que indicou o meu nome ao Senado Federal e nomeou-me para que eu pudesse chegar a esta Corte e, com muito orgulho, registro a sua presença neste momento importante da minha vida; Exmo. Sr. Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados; Sr. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que juntos compartilharemos neste biênio as dificuldades e os desafios que teremos pela frente na condução dos trabalhos desta Corte – sei que contarei com a experiência, com a prudência, com o aconselhamento, com a amizade do companheiro Sálvio de Figueiredo Teixeira, nosso Vice-Presidente; Sr. Ministro Nilson Naves, de quem recebi a Presidência desta Corte, e eu, em muitos momentos, como seu Vice-Presidente, admirando a sua tolerância, dizia: preciso aprender um pouco esse jeito Naves de ser; Sr. Ministro Barros Monteiro, que falou em nome da Corte, agradeço por suas palavras na bondade que contiveram a meu respeito; Dr. Antônio Henrique Fagundes Filho, Subprocurador-Geral da República; Sr. Procurador-Geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, meu colega de cátedra na Universidade de Brasília e conhecido de todos no Superior Tribunal de Justiça, que atuou também no Tribunal Federal de Recursos na área

de Direito Penal como representante do Ministério Público Federal; Dr. Roberto Antônio Busato, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, teremos muito o que fazer juntos; Senhores Representantes do Corpo Diplomático e Organismos Internacionais; Senhores Ministros de Estado, Dr. Márcio Thomaz Bastos, do Ministério da Justiça, e Dr. Olívio Dutra, do Ministério das Cidades; Dr. Alvaro Augusto Ribeiro Costa, Advogado-Geral da União; Dr. Deputado Aldo Rebelo, Ministro da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República; Sr. Ministro José Paulo Pertence, ao lado de quem ingressei pela primeira vez como advogado no Supremo Tribunal Federal – Pertence foi quem me apadrinhou em uma causa difícil, ainda em pleno regime militar, e me ensinou os caminhos, naqueles tempos tão difíceis, para que um advogado jovem, vindo do interior do mato, pudesse chegar à tribuna da Suprema Corte na defesa de direitos; Senhora Ministra e Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal; Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, Sr. Governador do meu Estado de origem, o Maranhão, José Reinaldo, Sr. Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, Sr. Governador do Ceará, Lúcio Alcântara, Sr. Governador do Sergipe, João Alves, Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, Sr. Governador do Estado do Tocantins, Marcelo Miranda; Sr. Ministro José Julio Pedrosa, Presidente do Superior Tribunal Militar; Sr. Ministro Francisco Fausto, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Senhoras Ministras e Senhores Ministros dos Tribunais Superiores; Senhoras e Senhores Senadores – e homenageio as Senadoras na pessoa da Senadora Roseana Sarney, minha conterrânea; Senhoras e Senhores Deputados Federais e Deputados Estaduais; Sr. Deputado Carlos Milhomem, Presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão; Sr. Antônio Augusto Catão Alves, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Sr. Valmir Martins Peçanha, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Sra. Anna Maria Pimentel, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Sr. Vladimir Passos de Freitas, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região; Sra. Juíza Margarida Cantarelli, Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região; Senhores Desembargadores do

Presidentes do STJ - Dados Biográficos

Maranhão, do Piauí, do Ceará, em especial os que acorreram a este momento importante quase que em suas unanimidades; Membros do Ministério Público daqueles Estados; Senhores Deputados Estaduais e Federais; Senhores Prefeitos e Vereadores do Maranhão, do Piauí e do Ceará; Sr. Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União; Ministros daquele Tribunal; Representantes do Ministério Público; Sr. Juiz Paulo Sérgio Domingues, Presidente da Associação dos Juízes Federais; Sr. Douglas Alencar Rodrigues, que aqui representa a Associação dos Magistrados Brasileiros; Senhoras e Senhores Representantes dos Ministérios e dos Governos Estaduais e Municipais; Sr. Roberto Policarpo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário – teremos que nos entender bem e sempre; Sr. Antônio Alcides Carvalho, Presidente da Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça; Senhoras e Senhores Advogados; Senhoras Ministras e Senhores Ministros do Superior Tribunal de Justiça; Sr. Governador Ronaldo Augusto Lessa Santos, do bravo Estado de Alagoas, estou informado de que S. Exa. também está presente; senhoras e senhores servidores do Superior Tribunal de Justiça; senhoras e senhores presentes, tive o cuidado muito grande de não transcender o tempo que o meu amigo, Presidente Naves, utilizou na sua solenidade de posse, e fiz um esforço muito grande para consumir aquele tempo pela metade.

Saibam todos que a Paz é boa.

Todo dia nos envolvemos tanto em tantos conflitos – pessoais, corporativos, políticos, religiosos, existenciais, que nem nos damos conta da importância e da necessidade de se viver em Paz.

Pois saibam que o compromisso primeiro da Justiça num Estado de Direito Democrático é com a Paz.

Só em Paz estaremos melhor. O País em Paz, a cidade em Paz, o bairro em Paz, os vizinhos em Paz, a família em Paz, o amor em Paz. A Justiça é um instrumento realizador da Paz.

Da Paz social.



Diante de qualquer conflito, é do nosso dever buscar antes a conciliação. Estimular e apoiar as soluções alternativas para a resolução dos conflitos. Esta sempre foi a função do Juiz desde o Velho Testamento à nossa atual Constituição da República. Abortar conflitos. Trabalhar para evitá-los.

Pois como cantam os garotos do Rappa, “paz sem voz não é paz, é medo”.

A beligerância, a agressão, a contumélia, entre nós, Advogados, Ministério Público, Juízes e demais autoridades dos Três Poderes, – não ajudam em nada. Só servem para tirar o sossego da República. Não estando em Paz, não fazemos o melhor do que podemos fazer para o bem da Nação.

Os Poderes da União, Executivo, Legislativo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si, manda a Constituição da República. E estamos, cada um de nós, em sua jurisdição, sempre a bradar pela independência, não nos importando muito com a harmonia.

Harmonia quer dizer proporção, ordem, simetria. Harmonia é acordo, é conformidade. Harmonia é equilíbrio, é sinônimo de Paz. Desde os gregos antigos aos novos baianos, harmonia quer dizer sincronia, adaptação de um poema a uma melodia. (“Acabou chorare / faz zum-zum pra eu ver...”)

Assim, nós da vida pública, nos Três Poderes, temos de nos comportar com a consciência de que somos indissociáveis parceiros e que só podemos fazer o melhor para todos neste País se nos unirmos, nos preservando juntos com o mesmo ideal democrático de Justiça Social, declarando e entregando, em cada demanda, a cada pessoa o que é do seu direito, segundo uma igualdade.

Dizer a Lei e declarar o direito, em tempo, para que a pessoa não morra sem usufruí-lo; acabar com a morosidade injustificável por conta da qual se mantém o ganha-mas-não-leva, onde o Estado, procrastina para não pagar, de pronto, o que deve ao cidadão; descongestionar o tráfego em todo o Poder Judiciário no qual se têm

Presidentes do STJ - Dados Biográficos

milhões de processos e apenas uns poucos milhares de causas; desburocratizar os Fóruns, os Juízos e os Tribunais para que os Advogados, Ministério Público e Juízes trabalhem com mais agilidade e absoluta transparência; ampliar, no mínimo, para mais quatro mil as Varas Federais e assim tornar verdadeiramente efetivo o serviço da Justiça a todo o Povo, através da presença do Governo do Brasil nos mais distantes e desprotegidos rincões de todos os Estados; entregar à cidadania e aos Advogados, ao Ministério Público e aos Juízes, Leis mais justas no lugar das Leis arcaicas, que engessam muito e provocam o atraso e que ensejam decisões, que embora legais são causadoras de injustiças (como disse Roscoe Pound, professor em Harvard, “as leis devem ser estáveis mas não podem ficar paradas na rigidez do tempo”); atrair para a função de Juiz os verdadeiramente vocacionados mediante seleção mais objetiva pela futura Escola Nacional Superior da Magistratura, que trabalhará também reciclando todos nós, inclusive Ministros, por que não? Instituir-se um título de dívida pública para quando o poder público for condenado em juízo, acabando, assim, com o sistema de precatórios, que tripudia sobre o direito das pessoas, sonegando-os em sua excessiva morosidade, afora o que tem gerado de corrupção; investir forte na cidadania, de modo a que as pessoas mais distantes, em seus subúrbios, grotões, favelas, sejam tocadas pelo evangelho redentor da democracia; isso tudo ainda é pouco perto do muito que precisa ser feito. Isto é apenas uma pequena parcela dos desafios que vamos ter de encarar, suportar e vencer.

Vamos precisar de mais horas de trabalho, de recrutar voluntários, de trazer mais forças talentosas – a começar pelos Advogados de todo o Brasil. Queremos ouvi-los e com suas forças somar esforços. É com eles que tudo começa e é com eles, representando as partes da demanda, que tudo termina. É inestimável o serviço que os Advogados prestam à realização da Justiça. É também com o Conselho Federal da OAB e demais seccionais, com os sindicatos de advogados e demais entidades representativas que queremos trabalhar.

Ministro Edson Vidigal

Igualmente, com atenções especiais, vamos nos voltar ouvindo e apoiando os nossos Juizes e Desembargadores da Justiça dos Estados. É uma Magistratura, em sua maioria, sofrida, mal compreendida, em muitos casos até esquecida no interior do mato, no Brasil mais anônimo, entregue ao sacerdócio difícil de realizar a Justiça. Queremos construir uma parceria, dentre outras, com a Associação dos Magistrados do Brasil, com o Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça, com o Colégio de Corregedores Estaduais, dentre outros.

Vamos ampliar as forças da nossa união. Através do Conselho da Justiça Federal, que também vou presidir, vamos ouvir mais e apoiar mais o trabalho dos nossos Juizes nas bases, no primeiro grau e também nos Tribunais Regionais Federais.

Nada de confrontações.

Temos de nos submeter à sensatez, ao bom senso. Quem serve ao Estado serve ao público em geral. Quem, no serviço público, se deixa levar por suas birras, suas idiosincrasias, seu descontrole emocional, compromete com seu mau humor toda corrente de poder em derredor, em prejuízo do bom senso que deve nortear sempre as decisões de Estado. Entre nós todos há que imperar sempre a harmonia, a coesão.

Ninguém dentre nós, no serviço público, é inimigo de ninguém. Bastam os inimigos do Povo, só por isso, também, nossos inimigos. Contra eles é que devemos estar fortes em nossa união. Estendo as mãos em apelo aos nossos funcionários, todos eles servidores públicos tanto quanto nós, Ministros, para que nessa união possamos fazer mais pelo Poder Judiciário, pela afirmação da democracia no Brasil.

O Padre Antonio Vieira dizia que os sacerdotes são empregados de Deus. Assim, da mesma forma, o dinheiro que paga o salário do Presidente da República e dos seus Ministros, dos Deputados e dos Senadores, dos Ministros dos Tribunais é o mesmo que paga o salário de todos os outros servidores, do porteiro ao assessor mais graduado, do cabo ao general. Esse dinheiro vem de um único patrão

Presidentes do STJ - Dados Biográficos

para o qual trabalhamos, do qual somos empregados. Esse padrão é o contribuinte que paga impostos. Somos empregados do Povo brasileiro.

Confio no bom senso e espírito público das nossas lideranças políticas, corporativas e sindicais. Juntos, vamos fazer muito. Separados, não nos entendendo, vamos chegar ao final do tempo sem ter conseguido fazer nada.

Se não formos capazes de nos manter unidos na busca de resultados maiores, em favor da democracia, por conseguinte, de todo o Povo brasileiro; se nos dividirmos e, nos agredindo uns aos outros, deixarmos que a raiva gaste as nossas energias positivas, nos induzindo a reações emocionais, o tempo vai dizer que fomos tolos, patetas, arrogantes, burros.

Nada de na lei ou na marra. Na democracia, tem que ser na lei ou na lei.

A insensatez belicosa de tantos homens de Estado pelo mundo afora não condiz com os avanços da humanidade no estágio civilizatório a que chegamos. Essa febre de intolerância que acomete alguns países, em prejuízo da Paz no mundo, nunca vai nos contaminar.

Já não somos mais o País de Macunaíma, o herói sem caráter. Nem o Brasil do Jeca Tatu, o coitado, sem ambições nem horizontes.

Devemos nos conformar com o atraso só porque os problemas que nos apearreiam parecem enormes, incontáveis, insolúveis?

Ora, se não queremos viver em atraso, se queremos viver num País em Paz Social, em prosperidade econômica, não devemos nos intimidar com a grandiloquência com que falam dos nossos problemas. Os desafios não existem para nos paralisar. Os desafios são importantes exatamente para que nos mostremos capazes de vencê-los.

Progrediremos, se prosseguirmos. Na ordem e na Paz.

Somos hoje o Brasil que tem muito do que se orgulhar, em potencialidades e conquistas. Já enxotamos o arbítrio para bem

longe e estamos construindo uma das maiores democracias do mundo.

Somos uma República pacifista, comprometida com os direitos humanos, com a autodeterminação dos povos, com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e de quaisquer outras formas de discriminação social, religiosa ou política.

Por isso, pessoas vindas das legiões dos excluídos, dos grotões da pobreza mais distante, já conseguem disputar as oportunidades que por muito tempo só se deferiam aos mais bem nascidos. Filhas e filhos do Brasil comum, do Brasil mais brasileiro, estão chegando aos altiplanos, nas universidades, nas empresas, na vida pública.

Quando nasci, há 59 anos, a expectativa de vida no Brasil era de menos de 50 anos. Portanto, eu já deveria estar morto. Mas agora a expectativa de vida é de mais de 70 anos. Ou seja, vou poder sair daqui a 11 anos, na “expulsória”.

Quando cheguei ao Tribunal Federal de Recursos, em 1987, aos 43 anos de idade, éramos 140 milhões. As mulheres já somavam 77 milhões e não havia nenhuma Ministra no Tribunal. Hoje, elas somam 88 milhões, portanto mais da metade da população. A grande maioria está nas faculdades de direito. Neste Superior Tribunal de Justiça, dentre os 33 que somos, elas são apenas quatro. Melhorou pouco, mas melhorou. Vai melhorar mais.

Num dia desses, li no Talmud que um cão vivo ainda é melhor que um leão morto. Então, nada de olhar para trás.

Corremos o risco de nos transformar em estátuas de sal. Seguir em frente, disposição sem medidas, frente erguida, numa união nacional consciente, determinada. Vamos vencer a depressão, a incerteza, a insegurança, o desalento.

O Brasil, como diz o Presidente Sarney, é muito maior que todos os seus problemas. E o Povo brasileiro é grande, já provou nos mais difíceis momentos da nossa história o quanto é destemido. E vencedor.

Presidentes do STJ - Dados Biográficos

É verdade que ainda temos algumas debilidades estruturais para resolver, a começar pela definição de direitos e obrigações de poderes entre a União, os Estados e os Municípios. E também na maior nitidez do papel dos poderes, em nível federal. Precisamos cuidar disso, o quanto antes. Mais desatenção pode resultar em incertezas convincentes quanto aos rumos da nossa estabilidade institucional. Portanto, em prejuízo da paz social.

Deixar para amanhã o que se pode fazer hoje não é comigo. O Brasil tem pressa, o Povo brasileiro quer os seus direitos para ontem. Fiquemos mais atentos ao lema do nosso símbolo maior da República – Ordem e Progresso.

A cultura do adiamento conspira contra os avanços do País. Vamos derrotá-la trabalhando juntos, com agilidade e transparência.

É nossa função no Poder Judiciário, interpretando a Constituição da República e suas Leis, declarar os direitos das pessoas, impor limites ao arbítrio, conter as violências, reprimir a injustiça racial, a injustiça do preconceito.

Neste País todos são iguais perante a lei e quem ainda imagina que não o é, acorde. A democracia não tolera a impunidade. Com o Judiciário que o Brasil quer, e que vamos ter, – todos, todos, vão estar, sim, iguais perante a lei.

Acredito que juntos podemos erguer uma ponte indestrutível sobre o abismo social e econômico, que nos faz sentir acuados. Uma ponte concretada na fé e na determinação de todos os brasileiros. Feita a travessia, chegaremos aos níveis de desenvolvimento do primeiro mundo e assim nossa sociedade e o Estado poderão contemplar o nosso Povo – com mais justiça e paz. E mais saúde e emprego, educação, segurança, justiça e paz.

Agora, peço desculpas e um pouco mais da atenção geral. É que cabe aqui lembrar o Eclesiastes, 26, 2/4.

Feliz o homem que tem uma boa mulher, pois se duplicará o número de seus anos. A mulher forte faz a alegria do seu marido, derramará Paz nos anos de sua vida. É um bom quinhão uma

Ministro Edson Vidigal

mulher bondosa; no quinhão daqueles que temem a Deus, ela será dada a um homem por suas boas ações. Rico ou pobre, (o seu marido) tem o coração satisfeito. E o seu rosto reflete alegria o tempo inteiro.

Eurídice, minha mulher, minha companheira, minha amiga, isto aqui só tem a ver com você. Eu sei que você sabe que serão agora mais dois anos de novas lutas juntos. Um dia vamos sumir para estarmos a sós e mais juntos. Com muito amor e em grande Paz.

Oportuna também esta mensagem, pública e especial, aos demais familiares, filhos, irmãos, irmãs, tios, tias, sobrinhos, parentes em geral, aderentes e amigos íntimos.

Vocês vão sofrer todo tipo de assédio, dos mais charmosos aos mais grosseiros. Não esqueçam que os agrados, os gracejos, não serão nestes dois anos por causa de vocês.

Serão anzóis que, perversamente, se lançarão para que, sendo vocês reféns, de alguma maneira, possam os demônios da corrupção, do tráfico de influências, do fascismo ou apenas os invejosos a serviço do mal, chegarem a mim, tentando me fragilizar como já tentaram em outras vezes e não conseguiram e, garanto, jamais irão conseguir.

Recomendo a vocês todos, meus familiares, parentes, aderentes, amigos íntimos, que leiam todo dia no Evangelho de Mateus (4, 1/11) a grande lição do Cristo sobre a firmeza de caráter em que se ensina como reagir às tentações dos demônios, mesmo quando se tem fome e sede no deserto.

Como dizia o poeta, “prá mim basta um dia, não mais que um dia”. Ora, se o que vamos ter serão dois anos pela frente por que então não desatar os sonhos e, sonhando acordados, realizá-los plenamente, espantando fantasmas e sem fantasias?

Se me deixarem solto, se não me faltar o apoio de todos, dos meus colegas Ministras e Ministros, dos nossos funcionários, dos líderes no Executivo e no Legislativo, dos Advogados, dos Magistrados Estaduais e Federais, do Ministério Público; se não me faltarem esses apoios, vai dar, sim, para se fazer, aqui, vinte anos em dois.



Presidentes do STJ - Dados Biográficos

“Mesmo miseráveis os poetas / os seus versos serão bons (...) Os poetas, como os cegos, sabem ver na escuridão”. Nunca vou me separar da poesia. Nem parar de sonhar acordado. Os que sonham insones, dizia T.E. Lawrence, são os mais capazes porque sonhando acordados são os únicos que podem realizar o que sonham. Os avanços do Brasil, prova a história, se fizeram com sonhadores que sonharam de pé, despertados, insones.

“Para a conquista, a audácia, ainda a audácia, sempre a audácia”. Disse Danton, ao final do seu famoso discurso, na Convenção Revolucionária Francesa, em 2 de setembro de 1792. Para reformar, modernizar e tornar mais ágil e transparente a nossa Justiça é preciso audácia. Ainda a audácia, muita audácia.

Isso tudo sem perder de vista a advertência de Shakespeare – “Se não queres ser vítima da calúnia, não digas nada, não faças nada, sejas absolutamente nada”. É o risco que se corre na vida pública quando se quer fazer as coisas bem feitas, bem longe da mediocridade. Como no poema de Gullar, um pouco acima do chão, em luta corporal contra a decadência do mundo.

Acredito é em – “é para fazer”, “podemos fazer”, “vamos fazer”.

Entendo que o Presidente do Tribunal é a soma de sua composição. Ele pode ter suas idéias pessoais, mas estas jamais podem divergir ou contradizer o pensamento da Corte.

Sua tarefa principal é o dever e o zelo pelo cumprimento de nossos deveres para com a sociedade. Terei presente no exercício do meu mandato que eu sou a unidade do STJ, que me escolheu, unânime, para esta honrosa missão. Dever e responsabilidade – palavras e ações que estarão juntas na consciência do Presidente, expressão da Corte.

Senhoras, Senhores:

Assim que fui eleito para enfrentar e vencer este novo desafio, perguntaram-me como foi para chegar até aqui. Respondi que quando

Ministro Edson Vidigal

eu era menino me disseram que Deus havia dito – “faz por ti, que eu te ajudarei”. E, assim, nunca deixei de fazer bem a minha parte para, então, sempre merecer a ajuda de Deus.

Comecei falando de Paz.

Agora, aproveitando o ensejo, peço encarecidamente aos frustrados, aos invejosos, aos mal amados de todo o País, aos corvos de todos os matizes, que – pelo amor de Deus – me deixem laborar em Paz. Eu quero trabalhar, fazer bem o meu serviço. Os sentimentos negativos, de frustrações desenfreadas, não constroem. Não há quem não precise de Paz para trabalhar.

Muito obrigado a todas e a todos por terem vindo. Minha origem é a estrada, meu destino é o futuro. Vamos continuar seguindo juntos. Temos promessas a cumprir.

Até daqui a dois anos. E muito obrigado, outra vez.

Agradeço às autoridades e a todos que, com sua presença, vieram abrilhantar esta solenidade.

PALAVRAS DE DESPEDIDA DA PRESIDÊNCIA

(20/03/2006)

O EXMO. SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE):

Sras. Ministras e Srs. Ministros, esta é, com certeza, a última sessão sob minha presidência na Corte Especial. Na próxima semana, até o final, não serei mais Ministro. Ao antecipar minha saída deste Tribunal, estarei abdicando dos oito anos que ainda me restam para continuar Juiz e, por conseguinte, dos dias que ainda tenho na Presidência do Superior Tribunal de Justiça e na do Conselho da Justiça Federal. Assim, estou desistindo, também, da possibilidade de vir a ser, no próximo ano, o novo Corregedor Nacional de Justiça, com mandato de dois anos.

Sei que alguns não alcançam em mim as razões para tanto desprendimento. Afinal, ocupamos um dos espaços mais cobiçados nesta República, em que, além do apoio para uma vida pessoal segura, somos livres para o trabalho solitário na hora e no lugar que queremos. Pois estou abdicando disso tudo para atender aos impulsos irrefreáveis que me envolvem, agora, de forma irreversível, nas expectativas mais escancaradas, impondo-me a volta, o quanto antes, para encarar e vencer novos desafios em meu Estado, o Maranhão.

Portanto, é o espírito público, no interesse superior da causa pública, que me leva, agora, de volta à vida pública para uma nova jornada ao lado de meus conterrâneos. Seremos vitoriosos porque, como Dom Quixote, creio que não há derrota quando não se perde a honra, nem a dignidade.

Ministro Edson Vidigal

Continuarei defendendo princípios, trabalhando como sempre trabalhei aqui, para resgatar valores.

Há uma pobreza que responde pela manutenção das outras pobrezas deste País – é a pobreza política.

Nas democracias, todas as soluções decorrem da ação política, e eu creio no consenso político. O entendimento político é o caminho natural para as soluções que se buscam na pluralidade de idéias que legitimam a democracia.

Precisamos dar mais valor, no Brasil, à atividade política, porque o mal só prospera quando os bons se omitem. Acredito na política como força propulsora da sociedade nas ações do Estado, em favor do desenvolvimento econômico e social, bases indispensáveis à melhoria das condições de vida de nosso povo e, portanto, ao fortalecimento do regime democrático.

Assim, antes do fim da próxima semana, terei por concluída minha missão como Juiz no Superior Tribunal de Justiça. Sobre o que fiz e sobre o que não fiz, se fui bom, ou não, em meu ofício, o tempo, só o tempo dirá.

Em mim, há a convicção de que dei à causa da Justiça o melhor de minhas energias, de minha vontade e de minha experiência. Vou levar as boas lembranças da melhor convivência com todos, Ministras e Ministros, servidoras e servidores. Temos um dos melhores quadros de servidores públicos do País; temos excelentes vocações também para outros setores da vida pública nacional.

Agradeço à minha família e, especialmente a Eurídice, sempre comigo, no estímulo necessário e na crítica indispensável; às amigas e aos amigos próximos e distantes, filhos, irmãos, irmãs, demais parentes, aderentes, a todos eu agradeço.

Sou agradecido e reconhecido aos servidores do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal pelo apoio que me deram nos longos anos da jurisdição e nos últimos tempos, o da administração.

Agradeço, também, de modo especial, aos servidores de meu Gabinete e da Presidência deste Tribunal e do Conselho da Justiça Federal; mais que servidoras e servidores são todos hoje.



Presidentes do STJ - Dados Biográficos

Minhas amigas e meus amigos, nada de olhar para trás; é seguindo em frente e em paz que se vive vitoriosamente.

O que eu disse quando cheguei, repito agora, ao sair: minha origem é a estrada e o meu destino é o futuro.

Muito obrigado a todos.

.....

O EXMO. SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE):

Srs. Ministros, quero agradecer, inicialmente, a manifestação do Sr. Ministro Barros Monteiro, representando o sentimento de toda a Corte. Tenho mais do que absoluta convicção de que S. Exa., ao me suceder na Presidência do Superior Tribunal de Justiça e na do Conselho da Justiça Federal, cada um com seu estilo próprio, empreenderá a continuação do que aqui foi retomado, tendo em vista o enfrentamento da morosidade judicial com a utilização de todas as ferramentas disponíveis, da tecnologia da informação, da racionalização dos trabalhos, da melhor utilização da mão-de-obra intelectual disponível e, assim, dar prosseguimento ao que a sociedade espera e nos cobra a cada dia, que é uma prestação jurisdicional rápida, porém segura.

Sou, e serei sempre, Sr. Ministro Barros Monteiro, onde estiver, um grande torcedor, fazendo todas as orações e rezas para o sucesso da administração de V. Exa. Agradeço a meu pessoal amigo Subprocurador Edinaldo de Holanda Borges, que conosco está desde os tempos do Tribunal Federal de Recursos e tem atuado também nas Turmas nas quais atuei, tanto do extinto Tribunal como do Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público tem dado grande contribuição para a afirmação do regime democrático em nosso País, exprimindo a vontade do constituinte de 1988 não só como representante da sociedade, mas como atuante, vigilante fiscal quanto à aplicação efetiva de todo o



Ministro Edson Vidigal

ordenamento jurídico infraconstitucional e constitucional. Onde quer que eu esteja, serei sempre um democrata, aplaudindo e reforçando as fileiras dos que se colocam ao lado da democracia, do fortalecimento das instituições democráticas.

Agradeço, mais uma vez, a atenção, o carinho, a compreensão, a tolerância, porque algumas vezes devo ter provocado atitudes de intolerância que não se manifestaram. Sou muito grato a todos. A vida de cada um de nós não nos pertence. Por mais que não queiramos, a vida de cada um é como um rio, cujo curso é impossível deter.

Neste momento, estou como o poeta Fernando Pessoa naquele poema “A Tabacaria”:

O mundo é para quem nasce para o conquistar e não para quem sonha em poder conquistá-lo, ainda que tenha razão. Neste momento, em quantas mansardas e não-mansardas do mundo existem loucos para si mesmos sonhando? Eu, que não tenho nenhuma certeza, estou mais certo ou menos certo?

A certeza que tenho é a de que, como disse, venho da estrada e meu destino é o futuro.

Mais uma vez obrigado a todos pela atenção, pelo respeito, que nunca me faltaram no exercício de minhas funções judicantes e na administração da Presidência.